

ATA N.º 66

Aos 16 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, na sala das Artes, no Edifício Vallis Longus, na cidade de Valongo, reuniu o Conselho Local de Ação Social de Valongo em sessão ordinária. Estiveram presentes nesta reunião os elementos representantes das diversas entidades, conforme folha de presenças.

Constituição da mesa:

- Vereadora de Intervenção Social, Sra. Dra. Manuela Duarte que substituiu o Presidente do CLAS e da Câmara Municipal de Valongo, Dr. José Manuel Ribeiro;
- Chefe de Unidade de Apoio à Rede Social e Coordenadora do Núcleo Executivo da Rede Social, Dra. Ana Eugénia Sousa.

Ordem de trabalhos:

1. Apreciação e aprovação da ata nº 65 (em anexo)
2. Aprovação dos documentos estratégicos do Município: Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação;
3. Apresentação de ponto de situação do grupo de trabalho de “Pessoas em Situação de Sem Abrigo”;
4. Projeto VALIDDA – Intervenção Especializada na Doença de Alzheimer – Apresentação de ponto de situação do projeto, desenvolvido pela AVA;

Outros assuntos.

A Sra. Vereadora, Dra. Manuela Duarte, iniciou a sessão, justificando a ausência do Sr. Presidente da Câmara e do CLAS de Valongo, Dr. José Manuel Ribeiro, por questões de agenda. Agradeceu a presença de todos/as e deu início à ordem de trabalhos:

1. Apreciação e aprovação da ata nº 65

Ratificação da Ata, foi necessário solicitar a aprovação da Ata, pela Sra. Vereadora, Dra. Manuela Duarte, para que fosse possível a submissão, junto da candidatura do CLDS5G. Colocada à votação a ata enviada por correio eletrónico a todos os parceiros, foi aprovada por unanimidade.

2. Aprovação dos documentos estratégicos do Município: Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação;

Foi apresentado um ponto de situação, sobre a elaboração dos documentos estratégicos do Município, os referidos documentos, estão a ser construídos, com recurso a assessoria técnica, prestada pela Empresa de Consultoria Externa, "Turnaround Social", com o apoio da equipa da Rede Social. Os referidos documentos estratégicos, estão em fase de conclusão.

A Carta Social e Diagnóstico Social, estão concluídos, foram aprovados em sede do CLAS, na última reunião plenária realizada em 12/06/2024, todas as propostas de alterações recebidas até 30-06-2024, foram incorporadas nos dois documentos.

A Coordenadora da Rede Social informou que o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), tem como objetivo fundamental, enquadrar as decisões e intervenções para a promoção do desenvolvimento social, constituindo um instrumento de políticas sociais que vincula todas as entidades com intervenção social no concelho.

No que diz respeito ao Plano de Ação, é proposto um programa de operacionalização do PDS para o quadriénio 2024-2028.

Foram definidos 4 Eixos de Intervenção:



- Eixo 1 – Educação, Qualificações e Empregabilidade;
- Eixo 2 – Envelhecimento, Promoção da saúde do bem-estar e da vida autónoma;
- Eixo 3 – Integração e Coesão Social de populações especialmente vulneráveis;
- Eixo 4 – Cidadania, Organizações e Trabalho em Rede.

Estes 4 eixos, foram delineados de acordo com os resultados produzidos em sede de Diagnóstico Social.

O Plano de Ação será objeto de monitorização, os eixos poderão ser desdobrados, se assim for necessário. Vão ser constituídos grupos temáticos para implementar o Plano de Ação.

O Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação, foram colocados à aprovação do plenário do CLAS. Os referidos documentos estratégicos foram aprovados por unanimidade com a ressalva que as reformulações propostas, seriam incorporadas nos documentos.

Os membros do CLAS foram informados que poderiam apresentar propostas de correção aos dois documentos: Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação, via correio eletrónico, para o endereço da Rede Social, até ao dia 24-07-2024.

A Sra. Vereadora agradeceu novamente a participação das Entidades do CLAS e outras Entidades convidadas na construção participada destes documentos estratégicos.

3. Apresentação de ponto de situação do grupo de trabalho de “Pessoas em Situação de Sem Abrigo”;

A Dra. Sónia Macedo, Coordenadora do SAAS e NLI de Valongo, prestou informações, no âmbito da atividade do grupo de trabalho intersectorial, constituído para estudar o fenómeno das pessoas em situação de sem abrigo.

Este grupo de trabalho, tem como objetivo central, a realização de um diagnóstico das pessoas que se encontram em situação de sem abrigo e para delinear estratégias de intervenção para mitigar este problema. Este grupo, reúne com periodicidade quinzenal e já iniciou a realização de entrevistas.

No espaço aberto para dúvidas e sugestões, foi referido o seguinte:

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Dr. Miguel Oliveira, reforçou a temática e a sua preocupação com as pessoas em situação de sem abrigo, por ser um número com mais expressão em Ermesinde e que representa um retrato muito difícil e que impacta muito na vida dos cidadãos.

Mais referiu que a pessoa em situação de sem abrigo que permanece no túnel da Estação da CP de Ermesinde, representa um problema da saúde pública (seringas, roupa, defecações) etc. assim como comportamentos desadequados com os transeuntes, tais como, gritos e ameaças, pelo que os habitantes receiam passar pelo túnel.

Solicitou perante o plenário que sejam tomadas medidas com base em critérios de prioridade e soluções para dois casos em concreto (a pessoa que está no túnel e outra pessoa que está na cooperativa porta aberta). Tem consciência de que não é fácil e que este trabalho exige uma mobilização em rede e partilha de soluções.

Referiu ainda que a elaboração do relatório é importante, contudo, há que implementar soluções na mitigação deste problema para ser possível proteger todos/as os/as habitantes da freguesia. Informou que lamentava que as Juntas de Freguesia não fossem implicadas neste trabalho das pessoas em situação de sem abrigo.

O presidente da JF referiu que é importante a articulação entre Juntas de Freguesia e Câmara Municipal para fazer face aos problemas mais graves.

O Dr. Torcato Ferreira, no seguimento da última intervenção, refere que ao nível da saúde pública, as medidas adotadas, resolvem algumas situações, mas não são definitivas.

Reforçou o aumento das pessoas em situação de sem abrigo e que este representa um problema da AMP e de todas as zonas urbanas.

Não há medidas milagrosas, as estratégias que vão ser implementadas, exigem financiamento e mecanismos que requerem tempo, contudo estão a ser mobilizados.

Não sabe se vamos ter uma resposta eficaz face a este aumento, pois a comorbilidade da saúde mental não é uma variável facilitadora. O país é que deverá criar respostas a nível da saúde pública, porque na verdade não existem e o município nada pode fazer.

Outra entidade que se desresponsabiliza é a CP e que não preza pela segurança das pessoas. Referiu ainda que não se vai esperar pela criação do NPISA, temos de nos antecipar, daí o diagnóstico ser tão importante. O Dr. Torcato afirma que não há respostas nacionais para tratar pessoas sem abrigo com perturbação mental e que não podem dar casa a pessoas nestas condições.

A Dra. Susana Machado, do ICAD referiu não ter conhecimento do problema das seringas espalhadas no túnel e que não foi solicitado apoio. Salienta que quanto às pessoas sem abrigo com doença mental, afirma que não se pode medicar e depois deixá-las na rua. Quanto aos internamentos compulsivos com alta clínica o município não dá resposta.

O Agente Bispo da PSP salienta que o problema das seringas é crime e tem de ser reportado à esquadra de Ermesinde e posteriormente para o Ministério Público.

A Dra. Rosa Barbosa (ULS S João) refere que a saúde tem um problema grave com as pessoas em situação de sem abrigo, porque depois da alta hospitalar não há respostas para esta situação.

A Dra. Sónia Macedo terminou a apresentação e referiu que este grupo de trabalho multidisciplinar se tem dedicado à problemática das pessoas em situação de sem abrigo. O grupo contribuiu para a elaboração da entrevista e assim como a aplicação das mesmas. O diagnóstico ainda não está fechado e ainda há pessoas por sinalizar. As Juntas de

Freguesia não foram convidadas numa primeira fase, porque é essencialmente um trabalho técnico, posteriormente serão convidadas a construir o Plano de ação com propostas de soluções. Nesta fase inicial, o enfoque é o estudo da pessoa em situação de sem abrigo na sua perspetiva pessoal.

A Sra. Vereadora reiterou que se trata de um fenómeno muito complexo e daí a necessidade de criação deste grupo de trabalho multidisciplinar e intersectorial. Este grupo de trabalho é fulcral para a realização de um diagnóstico da situação e para poder implementar uma estratégia para mitigação/resolução deste problema, através de um plano de ação, com responsabilidades partilhadas. Mais referiu que é infrutífero, tentar resolver este problema sem um diagnóstico da real situação desta problemática.

4. Projeto VALIDDA – Intervenção Especializada na Doença de Alzheimer – Apresentação de ponto de situação do projeto, desenvolvido pela AVA;

O Dr. Diogo Francisco, realizou um ponto de situação do projeto VALIDDA - Intervenção Especializada na Doença de Alzheimer, desenvolvido pela AVA - Associação Viver Alfena.

O projeto é financiado pelo PRR, termina em dezembro de 2025.

Após a apresentação do projeto, o Técnico referiu a preocupação na continuidade do projeto e destacou que estes tipos de projetos não deveriam ter um caráter efémero.

A Dra. Carla Moreira, representante do ISS, I. P. referiu a importância dos cuidadores informais, trata-se de um trabalho exaustivo e há necessidade de criar respostas para dar suporte/apoio a estes cuidadores, tempo livre para ter vida própria, existem cada vez mais pessoas envelhecidas e mais cuidadores informais.

Outros assuntos

- Apresentação do projeto municipal: “Viver em Saúde” apresentado pela Técnica Soraia Branco da Divisão de Inovação Social. O projeto é financiado pelo PRR, termina em dezembro de 2025.

A Sra. Vereadora referiu que no âmbito do Banco Local do Voluntariado, as Entidades do CLAS e outras que tenham necessidade de voluntários, podem recorrer a este banco local. Os voluntários inscritos, tem uma formação inicial, que é da responsabilidade do Município. É importante a criação desta articulação entre o Banco Local do Voluntariado e as Instituições Locais.

De acordo com a proposta apresentada nos anteriores plenários do CLAS, é importante este órgão ter conhecimento do resultado das candidaturas apresentadas pelas diversas Entidades, com pedido de parecer do CLAS ou não. É crucial a Rede Social/ CLAS ter conhecimento de todos os projetos sociais implementados no território.

Neste âmbito, a Sra. Vereadora, agradeceu às entidades o feedback positivo que têm dado aos projetos que estão a ser elaborados e da importância do trabalho em rede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada como encerrada, cuja ata vai ser assinada pela Sr. Dra. Manuela Duarte, Vereadora de Intervenção Social.

A Vereadora de Intervenção Social



(Dra. Manuela Duarte)